

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.367 - RJ (2019/0355713-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : CARLOS EDUARDO DA CRUZ E SILVA
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO DA CRUZ E SILVA - RJ167204
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : LUCAS EMANUEL GOMES LANZELLOTTI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de LUCAS EMANUEL GOMES LANZELLOTTI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que denegou a ordem no HC n. 5008355-59.2018.4.03.0000.

O paciente foi condenado pela prática dos delitos descritos no o art. 157, § 2º, inc. II e §2º- A, inc. I (roubo circunstanciado) do Código Penal, e do art. 244-B, da Lei nº 8.069/90 (corrupção de menores) à pena de 7 anos e 3 meses de prisão, em regime fechado, mais 18 dias-multa e 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias de detenção e 13 dias-multa como incurso no art. 329 do Código Penal (resistência), tendo sido negado o direito de apelar em liberdade.

Irresignada com a negativa do direito de recorrer em liberdade, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, que o Tribunal *a quo* denegou em acórdão assim ementado (fl. 10):

HABEAS CORPUS. ART. 157, PARÁGRAFO 2º, II, E PARÁGRAFO 2º- A, I, ART. 329, AMBOS DO CÓDIGO PENAL, E ART. 244-B, DA LEI 8069/90. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

Apesar da privação de liberdade antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória ser considerada uma exceção, ela se justifica em situações excepcionais, como o caso dos autos, mormente quando se constata que o roubo cometido pelo paciente e seus comparsas foi cometido com emprego de arma de fogo, arma esta utilizada com disparos em direção aos policiais que os perseguiam e, assim, recebeu tratamento diferenciado do legislador por merecer maior reprovação por parte do Estado, tamanha a repercussão desse crime na

Superior Tribunal de Justiça

sociedade.

Além disso, baseia-se a manutenção na condição fática inalterada que outrora serviu de supedâneo para a decretação da prisão.

Destarte, não é possível conceder ao paciente o benefício de recorrer em liberdade, até mesmo porque, no presente caso, ocorreria um flagrante anacronismo processual, na medida em que, processado, o paciente se viu preso e, condenado, solto seria.

ORDEM DENEGADA.

No presente *writ*, os impetrantes reiteram as alegações de que ausentes os requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal de modo que a manutenção da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada. Ressalta as condições pessoais favoráveis dos pacientes e a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, a concessão da ordem para assegurar o direito de apelar em liberdade ou, subsidiariamente, seja concedido a progressão para o regime semiaberto.

É o relatório.

Decido.

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações atualizadas à autoridade coatora.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

